



51

COC-100/74

Contrato de concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Municipal de SALTO DO ITARARÉ, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram, de um lado, o Município de SALTO DO ITARARÉ, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  17, de 17 de abril de 1974, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Eng  Mário Brandalise, e por seu Diretor Financeiro, Eng  Napoleão de Araujo, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condi es expostas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23/01/63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de SALTO DO ITARARÉ, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos convênios celebrados, para os fins do item a, entre o Município e órgãos federais ou estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA: É delegada   CONCESSIONÁRIA competência para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execu o de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



12

2

redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. -PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios, ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado nesta data em 6 737,193 UPC, correspondendo a Cr\$ 605 000,00 (seiscentos e cinco mil cruzeiros), a CONCEDENTE participar  com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula estimada em 1 684,298 UPC, ou seja, Cr\$ 151 250,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos e cinquenta cruzeiros) será realizada em dinheiro, em 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais, de 35,090 UPC cada uma, vencível a primeira no mês em que forem iniciadas as obras. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade de acordo com cronograma físico financeiro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em (ações preferenciais no capital) da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fi-

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



53

3

xado por avaliação na forma do Decreto Lei n  2627, de 26 de setem -
bro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no
decorrer da Concess  o houver interesse das partes na execução das
obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a
participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de
Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasi  o da assinatura do presen -
te contrato, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Sa -
neamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo
3  da Lei de Concess  o. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do
Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes ,
torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela
CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSION  -
RIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos ser -
vi os de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força
maior, como greves, inundações, acidentes, incêndio, comoções públi -
cas, guerras etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constante -
mente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de
instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de
sua política de ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a
CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de
ação em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às ta -
rifa s vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o
funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes
nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo
proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento
sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer inde -
niza  o. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposi -
  es desta cláusula somente serão aplicadas quando o sistema operado
pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usu  -
rios abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a
CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que
o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em ou -
tros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o
caso de não prorrogação do prazo de concess  o prevista na cláusula -
primeira, ou rescis  o do presente contrato, o acervo do sistema de
 gua e coleta de esgotos sanitários será transferido ao patrim nio do
Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após
assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financei -
ros porventura existentes na data da transferência do ac rvo, e inde -
nizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do
Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas even -
tuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, con -
cessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



54

4

de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá sua vi-
g ncia a partir de sua assinatura, condicionado o início de opera-
  es a trinta dias após a conclusão das obras. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fi-
ca eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para ne-
le serem resolvidas todas as questões judiciais derivadas deste ins-
trumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por
mais privilegiado que seja.

Curitiba, 10 de setembro de 1974.

EDUARDO BERTONI JUNIOR
Prefeito Municipal de SALTO DO
ITARAP 

ENG  MÁRIO BRANDALISE
Diretor Presidente da SANEPAR

ENG  NAPOLEÃO DE ARAUJO
Diretor Financeiro da SANEPAR

Testemunhas:

7.  TABELIÃO

DR. RENATO VOLPI

DR. MARCELO S VIO

Oficial Id tor

JOSÉ CARLOS

ANT NIO CHERPINSKY

LEO

CURITIBA

PARANÁ

Reconheço a s firma s de

MÁRIO BRANDALISE, NA-

POLE O DE ARAUJO E

EDUARDO BERTONI JUNIOR

Curitiba, 10 de SET. de 1974

Em test o da verdade.

7.  TABELIÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS - 2.  OFÍCIO

Rua Mal Floriano, 256 - Fone 24-2444
CURITIBA - PARANÁ

NICANOR RAMOS FILHO
OFICIAL

J O VALDIR JUSTUS
Esc. EV NTU J  AM NÃO

ATCC/1g

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2.  OFÍCIO - CURITIBA - PARANÁ

Aponta ta nesta data sob n. 15537 do Protocolo A-1

Reg. desta data sob n. 26773 do Livro 433

Livro Registro Integral, Curitiba, 10 de 09 de 1974

OFICIAL